

Conjuntura econômica e os efeitos sobre o desempenho do comércio gaúcho em 1995

Anton Karl Biedermann*
André Filipe Zago de Azevedo**

1 - As turbulências do nível de atividade em 1995

Quando se analisa o desempenho das economias brasileira e gaúcha no ano de 1995, algumas variáveis macroeconômicas despertam grande atenção pela mudança de comportamento que apresentaram. Com certeza, entre elas, duas tiveram um maior destaque nesse aspecto: a balança comercial e a inflação. O déficit da balança comercial brasileira, algo que não ocorria desde 1980, foi provocado pelo crescimento exponencial das importações, que há muito se encontravam estagnadas, enquanto as exportações apresentaram um crescimento mínimo.¹ A inflação, por sua vez, despencou para um patamar verificado pela última vez no período do “milagre econômico” dos anos 70. Já o moderado crescimento econômico do País — estimado em aproximadamente 4% — e a estagnação da atividade produtiva no Rio Grande do Sul², embora não mostrem

* Presidente da Federasul.

** Assessor Econômico da Federasul.

¹ O crescimento de 6,8% das exportações brasileiras em 1995 foi sustentado principalmente pelo aumento de preços de produtos semimanufaturados, sendo, entretanto, inferior à elevação das exportações mundiais, que chegou a 8,0%. Já as importações, ao contrário do ocorrido com as exportações, destacaram-se em função do crescimento do *quantum* importado.

² Estimativas da FEE apontam um crescimento do PIB gaúcho de 0,5%, enquanto a FIERGS sinaliza uma taxa de 3,22%. A maior discrepância entre os valores apresentados ocorreu no setor industrial, onde a metodologia empregada pela FEE é semelhante à utilizada pelo IBGE, privilegiando a produção física. Já a FIERGS adota uma sistemática diferente, baseada no Índice de Desempenho Industrial (IDI) — adotado por todas entidades ligadas à CNI —, que leva em consideração outras variáveis. Entretanto tanto um índice quanto o outro mostram um desempenho do PIB gaúcho inferior ao do Brasil.

uma performance completamente oposta à sua trajetória recente, como ocorreu com as variáveis supracitadas, não refletem a tremenda reviravolta que o nível de atividade mostrou ao longo do ano. Poucas vezes na história brasileira o crescimento econômico teve uma mudança de comportamento tão abrupta como em 1995.

Relembremos, de forma sucinta, os fatos econômicos mais relevantes do ano, para, depois, analisar o desempenho do comércio no Rio Grande do Sul, que a ele está intimamente relacionado. No primeiro trimestre do ano, o crescimento da economia brasileira situou-se em 10,50% — valor que não encontra similar em toda a década de 80 e nos anos 90 —, se considerarmos a evolução do PIB trimestral do IBGE. No Rio Grande do Sul, segundo a FEE, o PIB expandiu-se ainda mais, atingindo 11,55% no mesmo período. Ao mesmo tempo, ocorria uma rápida elevação das importações — no Brasil, por exemplo, elas aumentaram em 100% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 1994 —, induzidas pelo próprio crescimento da economia e ainda potencializadas pelo câmbio notadamente valorizado e pelo processo de abertura comercial — criando um clima de preocupação quanto ao comportamento de nossas contas externas. Como a crise cambial mexicana e o aumento das taxas de juros norte-americanas estavam no seu apogeu, a entrada de capital necessário para financiar o déficit em transações correntes parecia algo pouco provável. Dessa forma, o elevado crescimento da economia, acompanhado da grande aceleração do consumo, e a fragilidade de nossas contas externas, que marcaram esse período, não ensejavam bons sinais para o futuro do Plano de Estabilização. Ainda mais que as contas públicas pareciam fadadas a apresentar um comportamento deficitário ao longo do ano, fruto, em grande parte, da herança deixada pelo governo anterior. O caminho seguido pelo Governo foi o da redução da atividade econômica, visando inibir simultaneamente o consumo interno e as importações, e, assim, garantir a estabilidade econômica.

O meio escolhido para obter o desaquecimento desejado da economia e a melhoria do balanço de pagamentos foi a política monetária. A elevação das taxas de juros e a imposição de variadas restrições ao crédito foram adotadas na velocidade que o momento exigia. Na medida em que os gastos públicos estavam engessados e o papel da valorização cambial, que se constituía na principal âncora do Plano até então, gerava inquietação quanto a uma possível desvalorização cambial, ambas tornavam tanto a política fiscal como a cambial instrumentos pouco factíveis para a ocasião.

O que ocorreu no segundo e no terceiro trimestres do ano com o nível de atividade das economias brasileira e gaúcha encontra sua explicação nos acontecimentos que se precipitaram nos turbulentos três meses iniciais de 1995. O intenso desaquecimento da economia sentido nesse período atingiu em cheio as expectativas de um crescimento semelhante ao dos três primeiros meses do ano.

Recuperadas as reservas cambiais perdidas nos primeiros meses de 1995 — devido às maciças entradas de capitais de curto prazo para usufruírem do diferencial de juros que lhes era prestado pelo País — e levado a cabo um forte desaquecimento da economia, a distensão da política monetária foi iniciada ainda em agosto. Os instrumentos utilizados foram a redução dos depósitos compulsórios, a adoção de medidas tópicas de ampliação do crédito e o início da queda gradual dos juros.

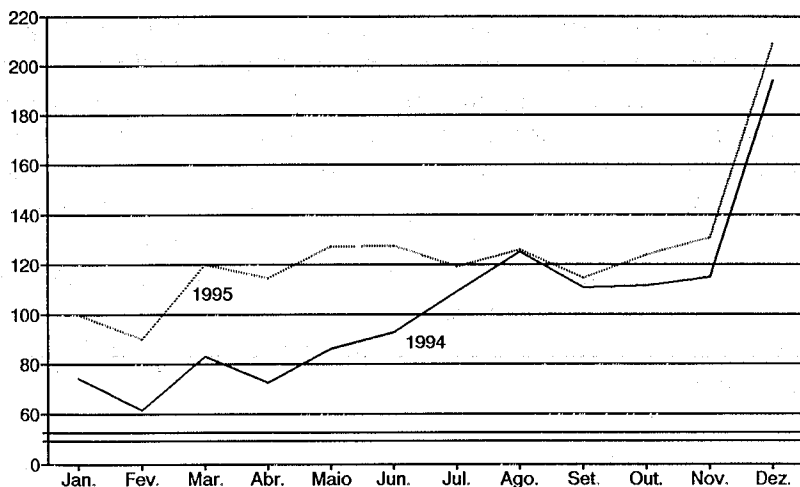
Após o abrandamento da política monetária, vários setores já sinalizavam para um processo gradual de recuperação de suas atividades, fazendo antever uma recuperação da produção e do consumo ainda dentro do próprio ano, no último trimestre.

2 - O comércio gaúcho em 1995

A análise precedente fez-se necessária para a compreensão do desempenho do comércio no Estado, na medida em que este está estritamente ligado à política econômica adotada em 1995. Os dados relativos ao desempenho do comércio varejista de Porto Alegre e o comportamento da arrecadação de ICMS dos comércios atacadista e varejista de todo o Estado serão os indicadores utilizados para medir a evolução do setor comercial do Rio Grande do Sul em 1995. Embora esses indicadores não reflitam de uma forma abrangente o comportamento global do comércio do Estado, na inexistência de outras opções parecem ser os instrumentos mais confiáveis disponíveis para a análise do setor. Como tais indicadores ora se limitam à Capital ora ao Estado como um todo, eles não captam as particularidades de determinadas regiões do Estado, notadamente o Interior, estritamente vinculado à performance do Setor Primário. Assim, também se farão alguns comentários a respeito do comércio em regiões afastadas dos centros urbanos.

Gráfico 1

Índice de vendas, a preços constantes, do comércio varejista de Porto Alegre — 1994-95



FONTE: Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre.

NOTA: 1. Deflator: IGP-DI (FGV).

2. O índice tem como base jan./95 = 100.

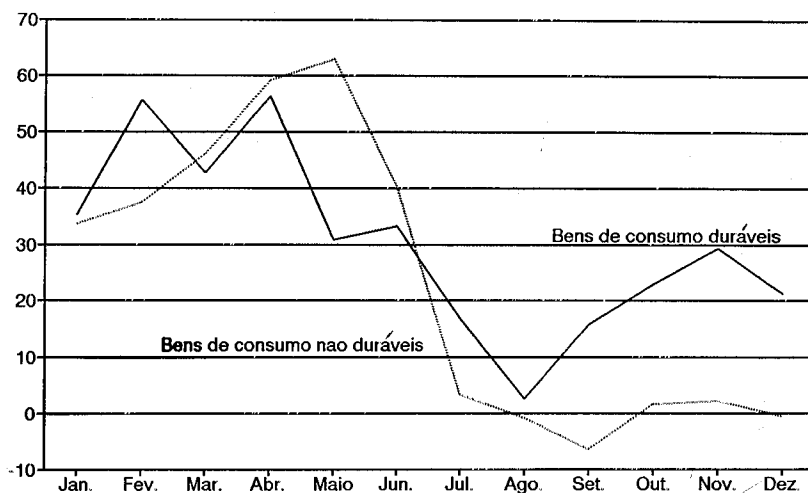
A análise do Gráfico 1, que compara o índice de vendas do comércio varejista de Porto Alegre em 1994 e em 1995, permite constatar que o movimento observado ao longo de 1995 para o comércio da Capital foi bastante semelhante ao verificado na indústria do Estado, embora a magnitude de variação não tenha sido tão intensa. Até o mês de abril, as vendas mantiveram um grande incremento em relação a 1994, o que passou a ser revertido a partir de maio, quando as duas curvas começaram a se tornar mais próximas até se igualarem em setembro. Já em outubro, o comércio varejista recomeçou a

recuperar suas vendas em relação ao ano anterior, mantendo essa tendência até o final do ano. Esse movimento reflete nitidamente o impacto sofrido pelo setor diante das medidas de política econômica adotadas pelo Governo Federal no período.

Apesar da inconstância do desempenho do comércio em Porto Alegre ao longo do ano, as vendas de 1995 superaram em 21,59% às referentes a 1994. Os bens de consumo duráveis foram o destaque, com elevação de 27,46%, enquanto os bens de consumo não duráveis apresentaram um acréscimo de 16,83%. O item que teve o melhor resultado foi eletrodomésticos e eletrônicos, com um crescimento de 46,71% no acumulado do ano.

Gráfico 2

Taxa de crescimento das vendas de bens de consumo duráveis e de bens de consumo não duráveis, em relação ao mesmo mês do ano anterior, em Porto Alegre — 1995



FONTE: Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre.

NOTA: Deflator: IGP-DI (FGV).

O Gráfico 2 permite observar que o comportamento das vendas de bens de consumo duráveis e não duráveis teve a mesma tendência ao longo do ano, seguindo a trajetória induzida pela conjuntura econômica. No entanto a trajetória dos bens de consumo duráveis foi mais estável, apresentando crescimento ao longo de todos os meses do ano, quando comparados ao mesmo período de 1994. Já os bens de consumo não duráveis chegaram a experimentar um incremento de 63,01% em maio, quando os bens de consumo duráveis já mostravam uma desaceleração do crescimento, mas tiveram uma queda mais abrupta, chegando a atingir um decréscimo de 6,39% em suas vendas no mês de setembro, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Quando passamos à análise da receita do ICMS por setor de atividade, percebemos o ótimo desempenho da arrecadação proveniente do comércio varejista em 1995, na comparação com os demais setores. O setor registrou o maior crescimento real de arrecadação em 1995, quando comparado com o ano anterior (14,26%), sendo seguido pela indústria de transformação, com acréscimo de 8,56%. É verdade que também apresentou a maior variabilidade no crescimento da arrecadação de ICMS no período analisado, passando de um decréscimo de 14,9% em janeiro para um crescimento de 92,35% já no mês seguinte.

É interessante observar que o comportamento da arrecadação do ICMS segue a mesma tendência em todos os setores observados. No primeiro trimestre, apresentou um forte crescimento, para logo no segundo iniciar um processo de queda abrupta, atingindo seu nível mais baixo em setembro e outubro, quando todos os setores mostraram uma retração na arrecadação, frente a igual período do ano anterior. No último bimestre, já apresentou uma leve recuperação, sendo puxado pela performance dos dois setores com melhor desempenho no ano: o comércio varejista e a indústria de transformação respectivamente.

Esse indicador merece uma série de cuidados, quando é utilizado para medir o desempenho efetivo de cada setor da economia, pois seu resultado depende, em boa parte, da fiscalização exercida pelo Estado, bem como de mudanças na própria legislação tributária. Entretanto serve para sinalizar o sentido em que a atividade econômica tem se desenvolvido em cada setor da economia.

Tabela 1

Varição real do ICMS, por setor de atividade, em relação ao mesmo mês do ano anterior, no Rio Grande do Sul — jan.-nov./95

MESES	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO	COMÉRCIO ATACADISTA	COMÉRCIO VAREJISTA
Jan.	4,83	-32,01	-6,79	-14,90
Fev.	16,05	9,46	36,65	92,35
Mar.	65,61	18,88	40,25	68,00
Abr.	19,56	-19,59	11,69	2,35
Mai	6,93	-3,91	14,65	34,90
Jun.	12,32	17,40	-1,88	30,21
Jul.	26,53	10,15	12,71	67,33
Ago.	47,23	7,17	19,35	15,65
Set.	-10,37	-18,96	-15,23	-5,42
Out.	-8,84	-16,92	-10,22	-5,47
Nov.	0,46	-28,90	-12,59	14,25

FONTE: Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul/Departamento de Administração Tributária/DEE.

NOTA: Deflator: IGP-DI (FGV).

Resta, entretanto, especular a respeito das razões que permitiram ao setor comercial do Rio Grande do Sul, localizado em centros urbanos, apresentar uma performance superior à da indústria e à do próprio comércio de regiões dependentes da agropecuária. Um motivo relevante para esse comportamento do comércio refere-se ao próprio processo de abertura comercial vivenciado pelo País e pelo Estado. O subproduto mais relevante da abertura de nosso mercado interno ao Exterior tem sido o incremento substancial das importações. Quando estas se dirigem para os bens de capital e/ou bens intermediários, significam o aperfeiçoamento da competitividade do setor produtivo, na medida em que ampliam a sua produtividade. Entretanto, quando se concentram em bens de consumo, levam a uma perda de mercado para os produtos oriundos da indústria e da agricultura do País, o mesmo não ocorrendo com o setor comercial, que por elas é abastecido. O incremento das importações de bens de consumo, na medida em que supera o aumento da produção doméstica

tanto industrial como agrícola, significa uma redução da participação da produção nacional no mercado interno. E foi exatamente isso o que ocorreu no ano passado.

Devido à sua posição na cadeia produtiva, o setor comercial, ao contrário do ocorrido com a indústria e com o Setor Primário, não sentiu tão intensamente os efeitos da desaceleração econômica, beneficiando-se inclusive de fatores artificiais — como a valorização da moeda — e naturais — maior competitividade dos produtos importados — para oferecer bens de melhor qualidade a preços atrativos.

A lógica acima adapta-se aos centros urbanos, onde a existência de lojas de porte facilita o acesso às importações e onde a economia é movida em grande parte pelo setor serviços, que teve no conflito distributivo entre os setores da economia em 1995 uma posição privilegiada, devido à impossibilidade de concorrência externa, aumentando seus preços muito acima da média dos outros setores. Porém, em cidades menores, há uma relação intrínseca entre o Setor Primário e o comércio. Nessas regiões, a principal fonte de renda origina-se na atividade primária, sendo esta o centro dinâmico da economia. Como em 1995 a agropecuária teve uma retração de sua renda, devido a uma variação superior dos preços pagos pelo setor em relação aos por ele recebidos — apesar da ampliação da safra —, o comércio enfrentou sérias dificuldades. O congelamento dos preços mínimos dos produtos agrícolas, enquanto as dívidas do setor eram corrigidas pela TR, contribuiu para a formação desse quadro.

Assim, a especificidade assumida pela política econômica em 1995, centrada no combate à inflação, mantendo como instrumentos básicos a valorização cambial e a abertura comercial e tendo como resultado o crescimento do setor serviços, privilegiou as atividades localizadas nos grandes centros urbanos. A opulência do setor serviços, de um lado, e a existência de um setor varejista bem estruturado, facilitando o acesso às importações, de outro, característicos das grandes cidades, beneficiaram o comércio aí estabelecido, como o desempenho de Porto Alegre demonstrou. Porém o Interior do Estado, notoriamente dependente do Setor Primário, foi intensamente prejudicado pela política econômica, e, em decorrência da queda de sua renda, as demais atividades a ela subordinadas compartilharam as suas dificuldades.

3 - Conclusão

Os aspectos mais relevantes que este artigo procurou enfatizar se relacionam com os efeitos da política econômica na atividade produtiva do País e, mais especificamente, na do Rio Grande do Sul, em 1995. Mostramos o vai-e-vem da atividade econômica decorrente da política de estabilização monetária, ressaltando-se o menor dinamismo da economia gaúcha frente à brasileira, bem como os efeitos diferenciados sobre os diversos setores da economia do Estado que a política econômica exerceu.

A lógica da estabilização, ao manter o câmbio valorizado, de um lado, e o processo de abertura comercial, de outro, favoreceu o setor vinculado à comercialização dos bens de consumo importados, em detrimento dos setores que os produziam internamente: a indústria e a agricultura. Isso explica em parte o melhor desempenho do comércio varejista gaúcho em relação aos demais setores, especialmente aquele localizado em grandes centros urbanos, com acesso facilitado às importações, como é o caso de Porto Alegre. A maior importância que o setor serviços assume em grandes cidades e o incremento de renda verificado em 1995 nesse setor, via elevação de seus preços acima da média da inflação,³ também auxiliaram o melhor desempenho do comércio ali instalado.

Enquanto o comércio dos maiores centros urbanos não sentia tão intensamente os efeitos da política econômica, aquele dependente da renda do Setor Primário sofreu diretamente os resultados da queda de poder aquisitivo no campo. Sem um setor serviços importante e, portanto, sem renda para manter o mesmo padrão de consumo, devido aos problemas do Setor Primário, o comércio do Interior enfrentou sérias dificuldades no ano passado, contrastando com o desempenho positivo da Capital.

³ A elevação dos preços dos serviços acima da média dos índices de inflação foi um fato marcante em 1995, sendo decorrência direta da ausência de concorrência externa.